

# O círculo vicioso do mau ensino

3 AGO 1988

Editorial

~~30 CANTO~~  
A discussão entre o ministro da Educação e o subsecretário do ministério a respeito dos exames vestibulares, sobre cujo mérito esta folha já se pronunciou, traz à baila, entretanto, implicitamente, a questão do "círculo vicioso do mau ensino", com a qual o País se debate, sem ter conseguido, até agora, nem sequer equacionar devidamente.

Ressaltemos, em primeiro lugar, que os problemas do ensino não se resolverão, como muitos acreditam, exclusivamente pelo seu generoso financiamento, com a garantia da aplicação, nele, de percentuais elevados: se o País todo não tiver oportunidade de crescer, criando empregos e exigindo qualificações, os gastos com o ensino não funcionarão como um "fator multiplicador", acabando por provocar mais decepções do que resultados positivos. Só com uma política madura, que derrube barreiras e abra as portas do País, a fim de permitir que ele passe efetivamente a integrar o mundo moderno (o contrário do que a Constituinte está fazendo), as despesas com o ensino poderão produzir as consequências que desejamos.

Tendo em vista essa inevitável dependência em relação ao conjunto da vida nacional, o que se poderia fazer, contudo, no interior do próprio sistema de ensino, para romper o círculo vicioso a que nos referimos? Convém, preliminarmente, lembrar como esse círculo se formou. O problema começou no ensino primário (o que hoje chamarmos as quatro primeiras séries do 1º grau), com a conversão

de uma escola, preparada para receber um número limitado de alunos, em uma verdadeira "escola de massa", sem que houvesse, para tanto, qualquer preparação prévia ou que a "abertura da escola" fosse acompanhada ou mesmo seguida, posteriormente, de medidas capazes de adaptá-la à nova realidade. O resultado foi que, praticamente, a mesma escola, que atendia a uma minoria da população em idade escolar (a qual era, aliás, em termos globais, muito menor do que a de hoje), passou a receber uma quantidade muitas vezes maior de alunos. Mesmo sem considerar os fenômenos da evasão, da repetência ou da famosa "promoção automática", destinada a "fazer lugar" onde lugares não havia, é evidente que a qualidade do ensino, que já não era aceitável nas escolas públicas — as atingidas pelo fenômeno da expansão —, caiu verticalmente, em proporção geométrica, à medida que a escola se ampliava sem ter condições materiais e humanas para tanto.

Como seria previsível, o fenômeno, em consequência do que aconteceria com o ensino primário, iria verificar-se com o secundário e o ensino médio em geral. Expedientes como o de mudar mágicamente o nome das coisas, como se com isso se mudasse a realidade, passando a englobar o ginásio no primeiro grau e transformando o colégio em 2º grau, ou como o de decretar a *terminalidade* deste último, mediante uma *profissionalização* divorciada do real e das verdadeiras exigências de uma sociedade em busca de modernização, não poderiam dar qualquer resul-

tado e, em pouco tempo, o 2º grau passou a viver problemas semelhantes ao primário e ao ginásio.

A etapa seguinte, diante da lógica inflexível da expansão, foi o ensino superior, vitimado pela mesma molestia. Havia uma pressão de massa, exigindo o ingresso nos cursos superiores, vistos, bem de acordo, aliás, com a tradição brasileira, como meios seguros de ascensão social e econômica — e o governo não resistiu à pressão. Na impossibilidade de as universidades oficiais, por falta de recursos suficientes, atenderem de imediato a tais pressões, tratou-se de facilitar, com a colaboração do Conselho Federal de Educação, a criação de estabelecimentos superiores privados de toda sorte, que encontravam consumidores ávidos para esgotar as mercadorias que ofereciam — isto é, as vagas — a preços que, ainda que elevados, pareciam compensadores. Com isso, o mercado era atendido e aliviavam-se as pressões sobre o governo. É claro que esses cursos, improvisados, só poderiam oferecer, em geral, ensino de péssima qualidade, qualidade decrescente também nas universidades oficiais, obrigadas a aumentar as suas vagas e a preenchê-las todas, a fim de absorver uma parte, ainda que diminuta, da colossal demanda. Mesmo que se houvesse optado pela criação de um número muito maior de universidades oficiais do que o efetivamente registrado (porque também novas universidades estatais se criaram) o problema não seria diferente, a não ser quanto ao fato de que os estudantes, despreparados para

ensino universitário, iriam receber de graça o mesmo mau ensino pelo qual pagavam. E isso porque as universidades, novas ou velhas, estatais ou particulares, não haviam sido previamente preparadas para a sua transformação — o que, em boa parte, violenta a própria idéia de universidade — em universidades de massa.

Após a expansão, seguiu-se a tentativa de remediar os maus da queda da qualidade do ensino com o desenvolvimento da pós-graduação, que não pode, hoje, manter sequer um nível pedagógico comparável ao da graduação, já não dizemos de vinte ou dezoito anos mas de doze ou dez anos atrás. Com alunos malformados desde o primário — muitas vezes já transformados, hoje, em professores, de 1º e 2º graus, bem como de universidades — com docentes sem formação adequada, em alarmante proporção (e além de tudo desviados das tarefas propriamente universitárias pelo sindicalismo e pela luta em torno do poder, aciataada pela praga "participacionista"), a molestia cultural e científica das universidades começa a atingir — e em muitos casos já a tomou completamente — a própria pós-graduação, completando o círculo vicioso do mau ensino. Como rompê-lo, se é que tal façanha é possível sem uma remodelação geral da própria consciência nacional e da reorganização da vida brasileira em termos compatíveis com o mundo civilizado deste fim de século? Procuraremos dizer algo sobre o assunto em outro editorial, com o propósito de contribuir para o equacionamento de nossos problemas educacionais.